



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



Territórios de Trabalho no Povoado Mirolândia, em Picos-PI: Uma Análise Discursiva

Anderson Henrique Miranda da Silva¹; Débora Maria Leal Gonçalves²; Kary Emanuelle Reis
Coimbra³

Picos-PI,

2018

¹ *Graduando em Administração pela UFPI;*

² *Graduanda em Administração pela UFPI;*

³ *Professora da UFPI, Mestre, Orientadora.*

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

S586t Silva, Anderson Henrique Miranda da
Territórios de trabalho no Povoado Mirolândia, em Picos-PI:
uma análise discursiva / Anderson Henrique Miranda da Silva,
Débora Maria Leal Gonçalves, – 2018.
CD-ROM : il.; 4 ¼ pol. (31 f.)
Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) –
Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018.
Orientador(A): Prof^ª. Ma. Kary Emanuelle Reis Coimbra

1. Projeto de Modificação. 2. Espaço de Trabalho-
Barracas. 3. Comerciantes. I. Gonçalves, Débora Maria Leal. Título.

CDD 331.812 2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos – PI.
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA
DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

ANDERSON HENRIQUE MIRANDA DA SILVA
DÉBORA MARIA LEAL GONÇALVES

ANÁLISE DISCURSIVA ACERCA DO PROJETO DE MODIFICAÇÃO DO ESPAÇO
DE TRABALHO DE COMERCIANTES DO POVOADO MIROLÂNDIA, NA CIDADE DE
PICOS - PI

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência da primeira, considera a discente como:

- Aprovado(a)**
 Aprovado(a) com restrições

Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final com todas as alterações sugerida pela banca nos prazos previamente estabelecidos.

Picos (PI), 13 de dezembro de 20 18.

Kary Emanuelle Reis Coimbra
(Orientadora - Kary Emanuelle Reis Coimbra, Ma.)

Cléverson Vasconcelos da Nóbrega
(Membro 1 – Cléverson Vasconcelos da Nóbrega, Dr.)

Luzia Rodrigues de Macedo
(Membro 2 – Luzia Rodrigues de Macedo, Esp.)

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar como o projeto que prevê modificações no espaço de trabalho de comerciantes do povoado Mirolândia, na cidade de Picos- PI é retratado nos discursos institucionais (DNIT e Prefeitura) e dos comerciantes da região, bem como identificar, a partir daí, os motivos que levaram estes órgãos a idealizar tal projeto. O embasamento teórico fundamentou-se em literaturas acerca das seguintes temáticas: espaço público e seu processo de apropriação; o homem e sua relação com o espaço de trabalho; e mudanças no ambiente laborativo. Realizamos um estudo de caso com abordagem qualitativa, onde foram realizadas 17 entrevistas, das quais, uma foi direcionada a um representante do DNIT, outra a um representante da Prefeitura e quinze aos comerciantes. Todas transcritas de forma literal e trabalhadas por meio da análise do discurso na vertente francesa. Os resultados obtidos estimam que o afastamento das barracas da rodovia prejudicará consideravelmente o volume das vendas. Todavia, o reconhecimento de melhorias relacionadas à segurança dos utentes do espaço é emanado nos discursos de todos os atores ligados ao projeto.

Palavras-chave: Projeto de Modificação. Espaço de Trabalho. Barracas. Comerciantes.

ABSTRACT

The present research aims at analyzing how the project that provides for modifications in the work space of merchants in the town of Mirolândia, in the city of Picos-PI is portrayed in the institutional discourses (DNIT and City Hall) and merchants of the region, as well as identifying, from there, the reasons that led these organs to idealize such a project. The theoretical basis was based on literatures on the following themes: public space and its process of appropriation; the man and his relation with the workspace; and changes in the work environment. We conducted a case study with a qualitative approach, where 17 interviews were conducted, one of which was directed to a representative of the DNIT, another to a representative of the City Hall and fifteen to the merchants. All of them are literally transcribed and worked through the French discourse analysis. The results obtained estimate that the removal of the tents from the highway will significantly affect the volume of sales. However, the recognition of improvements related to the safety of users of space is emanated in the speeches of all actors involved in the project.

Keywords: Modification Project. Work space. Tents. Traders.

1 INTRODUÇÃO

É um processo complexo conceituar o termo *espaço*, por se tratar de uma expressão que permite inúmeras definições e análises; é *plural* em sua essência (CERQUEIRA, 2013 p. 19). Mas, apesar de sua pluralidade, aqui, é trabalhado como um ambiente de interação e manifestação da vida cotidiana. Para Lefebvre (2008a), não importa o tamanho físico do espaço, o mesmo será sempre traduzido como a objetivação do social, das relações que a sociedade intencionalmente constrói através do convívio e da comunicação entre seus membros. E como tal, vem se tornando cada vez mais operacionalizado, provido de sentidos e experiências, adquirindo novos significados e formas a fim de tornar-se estrategicamente dotado de intencionalidades com o intuito de ser utilizado como meio de se alcançar a dominação.

Enquanto por *espaço de trabalho*, entende-se como sendo o ambiente destinado à prática da atividade profissional, seja ela exercida de maneira formal ou informal, em organizações públicas ou privadas.

No povoado Mirolândia, na cidade de Picos, localizado no Km 293 da BR 316, um fenômeno territorial chama a atenção de quem atravessa o local: a ocupação das margens da BR por diversos moradores para a comercialização de mel, castanha, doces e outros produtos, fazendo desse espaço público um espaço de trabalho. A realização desta atividade implica algumas problematizações, cuja principal delas, certamente, consiste na exposição das famílias ao risco constante de acidentes. As barracas apresentam a característica do improvisado, não oferecendo qualquer conforto aos trabalhadores, pouco protegendo contra sol e chuva. Por fim, não raro é a visualização de crianças nas redondezas e mesmo à frente da comercialização dos produtos, o que torna a atividade bem mais complexa do que denota à primeira vista.

Outro elemento de destaque diz respeito aos comerciantes estabelecerem com o povoado uma relação simbólica em que convergem moradia e trabalho, sugerindo que a identificação com o local seja um dos motivos pelos quais a atividade não seja remanejada para outro espaço na cidade.

Em publicação datada de maio de 2017, a Prefeitura de Picos divulgou informações sobre uma reunião das representantes das Secretarias de Agricultura e Abastecimento, Planejamento, Orçamento e Avaliação com cerca de 50 comerciantes a fim de oferecer melhor estrutura às suas barracas. A iniciativa, que ocorrera em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), não abrangera a totalidade dos trabalhadores, sendo contemplados apenas 12 vendedores, selecionados por sorteio. Na ocasião, as secretárias explicaram que as novas barracas serão instaladas há cerca de 30 metros da BR, de forma a oferecer mais segurança aos comerciantes e atender às normas do DNIT ó Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (PREFEITURA DE PICOS, 2017).

Desse modo, após tomar conhecimento sobre esse projeto da Prefeitura de Picos, esta pesquisa partirá do seguinte questionamento: **quais os discursos dos atores envolvidos no projeto modificação do espaço de trabalho de comerciantes do povoado Mirolândia, na cidade de Picos ó PI?**

Para responder o questionamento acima e oportunamente abordarmos outras discussões, consideramos necessário estabelecermos os seguintes objetivos específicos: I) caracterizar a atividade de trabalho dos comerciantes do povoado Mirolândia; II) investigar a as percepções dos comerciantes e das instituições Prefeitura e DNIT sobre o local de trabalho e a atividade desempenhada; III) descrever o projeto de modificação do espaço de trabalho comercial do povoado; e IV) identificar os discursos relacionados ao projeto que prevê mudanças no espaço de trabalho dos comerciantes da Mirolândia.

Assim sendo, o objetivo geral deste trabalho é analisar os discursos dos atores relacionados ao projeto de modificação do espaço de trabalho de comerciantes do povoado Mirolândia, na cidade de Picos ó PI.

O trabalho está estruturado em cinco seções, a contar pela introdução, onde realizamos uma breve apresentação do assunto a ser tratado. Na seção seguinte temos o referencial teórico, onde são apresentados os conceitos sobre o espaço público no contexto da territorialização pela sua apropriação, a relação do homem com seu espaço de trabalho e as consequências decorrentes das mudanças implantadas no ambiente de trabalho. Posteriormente, expomos as escolhas metodológicas utilizadas na pesquisa, seguida da análise dos resultados obtidos. Por fim, realizamos as considerações finais sobre o estudo, destacando os pontos considerados de maior relevância no trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Espaço público: a territorialização como resultado de sua apropriação

O termo espaço público costuma, por vezes, ser confundido com a expressão espaço urbano, principalmente no que tange às análises realizadas em torno dos temas que marcaram a excludente e autoritária formação social brasileira (LEITE, 2007). É possível tomar esses termos como sendo complementares, ou seja, distintos, mas que se relacionam entre si. Dessa forma, é válido apresentar alguns aspectos que os diferenciam. De acordo com Leite (2007), o espaço público é um espaço social, que se constitui no espaço urbano; é uma categoria que ultrapassa a rua e que estrutura-se pela presença de ações que lhe atribuem sentidos. Já a noção de espaço urbano desconsidera a interação entre os agentes envolvidos em sua construção social. Em outras palavras, é como se o espaço urbano fosse o gênero e o espaço público a espécie, no qual o segundo possui como principal característica a socialização dos indivíduos que lhe dão forma, fazendo assim, com que esse ambiente tenha também um valor simbólico, dotado de sentidos.

É notório que os espaços públicos possuem a capacidade de despertar nas pessoas certos sentimentos de posse, de propriedade. Talvez isso aconteça pelo fato de a palavra público remeter à algo de usufruto geral e desmedido ou pelo sentimento de afeto e apego que esses espaços despertam nas pessoas que os utilizam de forma frequente. Pode-se dizer que os espaços públicos são capazes de contribuir para a construção da identidade dos que deles fazem uso.

A noção de identidade, aqui, diz respeito às formas que os indivíduos constroem determinado sentimento em relação ao ambiente ao qual estão submersos, ou ainda, com os elementos que façam parte desse ambiente. Para Giddens (2003), a formação da identidade dos indivíduos inicia-se a partir da interação com outros indivíduos na sociedade, pois é na sociedade a que as regras devem ser disseminadas e obedecidas, os valores compartilhados e as experiências trocadas. É na sociedade que homens sofrem influência da cultura e assim criam identidade, cujo processo ocorre em meio a um sistema sociocultural, onde a sociedade e a cultura atuam diretamente no processo de formação identitária.

É perceptível que nos últimos anos existe de fato uma maior apropriação dos espaços públicos (VANNUCHI, 2017).

O processo de apropriação do espaço também representa (re) produção da e pela sociedade. Diante disso, apropriação pelos populares, isto é, pelas diversas camadas sociais é condição essencial na dinâmica urbana de uma cidade e assim corresponde a mais um fator da faceta política na reprodução espacial. Essa apropriação se traduz, através de leitura do espaço geográfico à luz das particularidades no que dá identidade como também confere legitimidade a cada formação espacial distinta (COUTO; MARTINS, 2013, p. 22).

Assim sendo, geralmente, fala-se em apropriação como o ato de um sujeito tomar posse de algo que não lhe pertencia e o tornar próprio. Todavia a apropriação do espaço público envolve necessariamente a interação recíproca utente/espaço, no qual o utente age no sentido de moldar os lugares segundo suas necessidades e desejos e o seu contexto social (NARCISO,

2009, p. 277). Conforme Lynch (1980), a forma do espaço traduz de imediato sua apropriação. Pois existe uma relação de troca simultânea que determina o espaço.

Em meio às situações de apropriações de espaços públicos, intervenções do poder público, na maioria dos casos, se fazem necessárias para tentar reorganiza-los. Visto que, comumente, trata-se de ocupações ilegais e em inconformidade com as normas que regulamentam esses ambientes. Por isso, segundo Tanscheit (2017), é que as práticas de reorganização, renovação, revitalização e requalificação urbana são acionadas com o objetivo de contribuir para a resolução de uma ampla série de problemas urbanos. No entanto, as referidas práticas podem ocasionar, e quase sempre ocasionam, inúmeros transtornos tanto para os ocupantes do local, quanto para os que estão nos entornos, isso pelo fato dessas ações serem desagradáveis e até de certa forma traumáticas, afinal, como foi enfatizado acima, as pessoas que se utilizam desses locais e conseqüentemente apropriam-se deles, por vezes desenvolvem laços de afeto.

Geralmente o termo espaço é também interpretado como sendo o local de existência da matéria. Porém, quando o espaço é dominado pelo homem, isto é, quando este desenvolve e aplica sobre o mesmo mecanismo de poder e dominação, o espaço transforma-se em território. Sendo assim, pode-se afirmar que o espaço é anterior ao território. Nas palavras de Haesbaert (2006), o território é o fragmento do espaço, determinado por relações de apropriação, de poder e de controle sobre os recursos e fluxos baseados em aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Já nas concepções de Gregory *et al* (2009), território é uma unidade de espaço contíguo que é usado, organizado e gerido por indivíduos, grupos sociais ou instituições, criado com o objetivo de restringir e controlar o acesso de pessoas. Todo território é, ao mesmo tempo, físico e simbólico, õpois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar -funçõesø quanto para produzir -significadosø (HAESBAERT, 2006, p. 6774). Resumidamente, ao desenvolver uma prática territorial sobre determinado espaço, indivíduos ou grupos sociais desenvolvem relações de poder em relação ao espaço ocupado, criando para com ele vínculos identitários e simbólicos tal prática é popularmente conhecida como territorialização.

A expressão õterritorializaçãoö está normalmente relacionada às formas de organização e reorganização social. Para Fuini (2014, p. 228), no interior do processo de territorialização estão diversas formas de õapreensão e de manifestação individual e coletiva de um Estado, grupo cultural, classe social ou atividade econômicaö. Tal entendimento é compartilhado e detalhado por Oliveira (1998, p. 55), ao descrever este processo como uma situação que perpassa o conceito de (re)organização social ao implicar quatro fatores básicos, a saber: a fundação de uma unidade sociocultural, através do estabelecimento de uma identidade étnica que a diferencia das demais; a criação de mecanismos políticos; a determinação de controle social sobre os recursos ambientais; e, por fim, a redefinição da cultura e da relação com o passado. Em outras palavras, trata-se de um processo que envolve a dinâmica de se constituir referenciais simbólicos e identitários (materiais e imateriais) junto a um recorte espacial definido, munindo-o de unidade.

Assim, pode-se argumentar que o desenvolvimento do processo de territorialização é inerente e natural do ato de apropriação do espaço. Pois, segundo Moraes (2002 p. 74), a territorialização é, ao mesmo tempo, constituída pela dimensão material das formas de apropriação do espaço, pelas atividades produtivas e pela dimensão imaterial da construção ideológica e do imaginário territorial referente aos discursos e práticas de identidades nacional e regional.

Dessa forma, explanadas as definições de espaço público, apropriação e territorialização, apresenta-se de grande valia e relevância para este trabalho detalhar sobre a utilização dos espaços públicos para o exercício de atividades econômicas, como demonstrado no subtópico 2.1.1.

2.1.1 Apropriação do espaço público para o exercício do trabalho: um paralelo com a informalidade

Pode-se afirmar que não é uma tarefa fácil, tampouco simples falar da prática laborativa, atrelada à condição de apropriação de espaços públicos sem abordar também o tema da informalidade. Fato que se explica por constatar-se que a maioria expressiva dessas práticas ó senão todas ó enquadraram-se no setor informal da economia. Para Costa (2010), a informalidade surge da noção de subdesenvolvimento, de modo a explicar a não-inserção dos menos favorecidos no processo produtivo, em contextos nos quais o assalariamento é pouco generalizado.

Ao analisar a literatura específica, constata-se que existem pelo menos duas definições recentes sobre setor informal. A primeira o descreve como sendo o conjunto de atividades econômicas em que não há uma clara separação entre dois fatores de produção distintos: capital e trabalho. Ou seja, o indivíduo que executa a atividade é ao mesmo tempo o administrador da mesma, além de ser também o detentor dos conhecimentos necessários e dos instrumentos de trabalho. Desta perspectiva, compartilham Tokmam e Souza (1976, p. 102) ao afirmarem que o termo trabalho informal é constantemente empregado para representar proprietários e trabalhadores que participam diretamente do processo produtivo em pequenas unidades, onde, nas quais não existe uma nítida distinção no interior da relação capital-trabalho no que se refere à organização do trabalho.

A segunda explanação sobre o trabalho informal o define como o aglomerado econômico de atividades que não se submetem à regulamentação do Estado, isto é, fogem de aspectos legais em vigor como leis trabalhistas e normas fiscais. As atividades classificadas como informais encontram-se parciais ou totalmente fora da legislação vigente, e por isso, sonegam informações relevantes para a fiscalização e normatização estatal, bem como para a produção de estatísticas oficiais (CACCIAMALI, 2000).

Para Queiroz (2014), no Brasil, diante do amplo e cruel quadro de desemprego e de precarização social do trabalho, sempre existiu uma propensão generalizada à valorização da face informal da economia, como saída para a inclusão no mercado de trabalho. Porém, diante de crises econômicas há uma forte tendência à distorção das concepções e discursos sobre a informalidade. Isto quer dizer que, ãa ideia de marginalidade que antes envolvia a informalidade deu lugar a uma concepção empreendedora e empresarial, que aparece no discurso institucional, através do par empregabilidade/empreendedorismo, evidenciando uma nova ideologia do trabalhoö (QUEIROZ, 2014, p.148).

Segundo dados do IBGE (2017), em dezembro de 2016, dos mais de 90 milhões de pessoas que formavam a população economicamente ativa e com algum tipo de renda, cerca de 37% era de pessoas que obtinham sua renda através do trabalho informal, ultrapassando o número de indivíduos com empregos formais de carteira assinada. De acordo com Pinto e Cunha (2014), o comércio informal surge da necessidade de indivíduos de sobreviver em meio à uma sociedade cada vez mais exigente em relação ao mercado de trabalho e da fuga de crises e instabilidades econômicas. Indivíduos esses que não conseguem se colocar em nenhum vínculo empregatício formal, sendo na maioria dos casos, de baixa renda, baixa escolaridade e habitando em regiões periféricas.

Mas, independentemente de qual seja o trabalho, o fato comum é que o mesmo precisa de um lugar para ser realizado, e é exatamente nesse ponto que os espaços públicos entram como alternativa, por se tratarem de locais onde os atuantes não precisarão arcar com custos de ocupação. Todavia, na maioria das vezes, essa opção de instalação gera problemas para a gestão pública, por se tratarem de ocupações quase sempre desorganizadas, irregulares e que geram uma certa òpoluição visualö na paisagem.

Para Santos e Vogel (1985), apropriar-se de um ponto público para exercer uma determinada atividade habitualmente, mesmo que de maneira informal, implica particularizá-lo,

ou seja, caracterizá-lo como sendo de sua posse, não somente pelo aperfeiçoamento dado por seu uso, mas também pelo segmento de pessoas que passa a se utilizar desse lugar em decorrência da atividade ali praticada. Ainda de acordo com os autores, essa atividade pertenceria ao domínio público, pois sem este não seria possível a criação do ponto. Uma vez que, para os mesmos, o que define o ponto é o exercício regular de uma mesma atividade. Considerando o fato de que esse ponto pode ser ou não reconhecido, se caso não for, será a própria atividade a responsável por conferir-lhe significado, tornando-o passível de identificação. No caso dos trabalhadores que exercem sua atividade em espaços públicos, é possível identificar que essa característica do ponto lhes é intrínseca, uma, porque costumam atuar no mesmo local regularmente, e outra, porque acabam de certa forma construindo aspectos simbólicos, por meio do desenvolvimento de laços afetivos que perpassam o âmbito da esfera simplesmente física.

Na concepção de Bouças (2015), as relações que se manifestam no interior desses espaços são influenciadas e influenciam na forma como os mesmos são percebidos e vividos por todos aqueles que o frequentam. Por esse motivo, conscientizar-se acerca da importância da dinâmica que este lugar origina, mostra-se de grande relevância para compreendermos a sua apropriação pelos trabalhadores. Além disso, de acordo com Lefebvre (2000), é preciso entender também que a ocupação dos espaços públicos pelos trabalhadores informais, especificamente pelos vendedores ambulantes, é um direito à cidade que precisa ser reconhecido e garantido. Isso não quer dizer que o Estado não deve nunca intervir, muito pelo contrário, para o autor, a regulação do trabalho nos espaços públicos é imprescindível, mas precisa estar em consonância com os direitos fundamentais, respeitando os trabalhadores e seus recursos de trabalho.

2.2 Espaço de trabalho e sua relação com o homem

Por meio de pesquisas relacionadas ao tema em questão, nota-se que os estudos científicos sobre o ambiente de trabalho, a forma que este ambiente relaciona-se com o homem que o utiliza e as condições em que se desenvolvem as atividades laborais, apresentam-se atualmente como resultado da expansão da sociedade. Sendo o ritmo acelerado do desenvolvimento social e econômico o principal responsável pelo avanço de estudos como esse.

O trabalho por si só já possui o poder de despertar em nós os mais variados questionamentos. Um deles e talvez o mais latente e frequente é o que remete ao seu significado em nossa existência, ao seu sentido em nossas vidas. As respostas para reflexões dessa essência são indiscutivelmente particulares e únicas, por se tratarem de análises inerentes aos sentimentos pessoais de cada um. Entretanto, na perspectiva de Kanaane (1995), é possível estabelecer uma ligação entre o trabalho e a existência humana fundamentando-se nas constantes necessidades de verificar os diversos significados atribuídos pelo homem ao espaço social ocupado no contexto do trabalho. Para Lacombe (2006), muitos veem a prática laborativa por um prisma de desconforto, percebendo-a como um fardo, como uma condição para sobreviver ou afortunar-se. Já na concepção de Kanaane (1995), o trabalho sempre ocupou um lugar de destaque na vida de cada indivíduo que o pratica, e nas mais diferentes sociedades.

Assim, ao investigarmos os significados atribuídos ao espaço de trabalho pela própria atividade laborativa, percebemos que cada sujeito atuante desenvolve de maneira única, sentimentos distintos. Pois enquanto alguns o enxergam apenas como uma área útil e necessária, sem o vincular a qualquer tipo de emoção, outros desenvolvem sentimentos de apego e posse sobre o espaço onde desempenham sua atividade, seja ela formal ou não.

De acordo com Brown e Perkins (1992 *apud* Felipe e Kuhnen, 2012), o apego ao lugar pode ser definido como a ligação afetiva consolidada com cenários físicos, envolvendo sentimentos derivados da experiência espacial real ou esperada. Segundo Felipe e Kuhnen (2012), uma vez construída e admitida essa ligação emocional com o ambiente de trabalho, os sujeitos tendem a desenvolver cognições positivas ou negativas, as quais dá-se o nome de

identidade de lugar. Proshansky, Fabian e Kaminoff (1983 *apud* Felipe e Kuhnen, 2012) afirmam que a identidade de lugar é uma subestrutura ou um aspecto da identidade pessoal que se relaciona a contextos físicos. Esses autores defendem que o apego ao lugar somente ocorre nos indivíduos cuja identidade de lugar envolve cognições positivas muito mais valorizadas que as cognições negativas (PROSHANSKY, FABIAN e KAMINOFF, 1983, p. 76 *apud* FELIPPE e KUHLEN, 2012). A definição pressupõe que os laços afetivos criados com o lugar dependem das percepções positivas que atores envolvidos têm do local, onde necessariamente os pontos identificados e sentidos como positivos devem ultrapassar consideravelmente os tidos como negativos. Para Giuliani (2004), a situação de apego ao lugar, assemelha-se aos laços afetivos entre pessoas. Pelo vínculo geralmente duradouro entre a pessoa e o ambiente, pela constituição da importância que este último passa a representar, pela ansia de proximidade, pelo sentimento de segurança e conforto através do contato, e sofrimento decorrente da separação. No entanto o referido autor faz questão de frisar que, embora a comparação com laços interpessoais pareça ser útil e análoga, diferenças podem existir no que diz respeito às características do objeto de apego, ao comportamento manifesto, ao modo como o laço é construído, moldado, transformado e até extinto. Todos esses fatores podem alterar, e na maioria das vezes, alteram as consequências psicológicas (GIULIANI, 2003).

Para Benetto Croce (*apud* Lacombe, 2006), o trabalho é a mais fecunda afirmação da vida humana quando isento de aspectos ideológicos, e que não pode ser associado à pena e dor, mas sim à essência da alegria de viver. Outro que defende a importância do trabalho é Auguste Rodin (*apud* Lacombe, 2006, p. 4). Segundo ele o mundo não será feliz senão quando todas as pessoas tiverem a alma de artista, isto é, quando todos sentirem prazer no seu trabalho.

Apesar do fato de muitos sujeitos não compartilharem dessas concepções sobre o trabalho, o que verifica-se costumeiramente como ato comum do homem é a peripécia de buscar incessantemente transformar o espaço em que habita e que trabalha, visando sua contínua evolução. O ser humano encontra no trabalho a oportunidade de evoluir, de crescer, dentro da sociedade que a um ritmo frenético foi ditando o modo de produção, as normas de vivência/interação com os outros indivíduos do meio e os meios de influência que um indivíduo do grupo poderia ter sobre os demais, tornando o trabalho uma das ferramentas para se alcançar sobrevivência, dignidade e o respeito de outrem.

Portanto, entendemos que espaço de trabalho é aquele que o homem utiliza afim de produzir, comercializar ou oferecer sua mão-de-obra, produto ou serviço de forma a obter fins necessários à sua sobrevivência e dignidade. Nota-se que não é apenas um espaço físico ou local vulgar, mas, acima de tudo é um ambiente utilizado com a finalidade de garantir uma melhor qualidade de vida para seus utentes e dependentes. Por essa razão é que esses espaços, geral e inevitavelmente, despertam sentimentos de apego e posse nos ocupantes principalmente nos atuantes de longa data, originando laços afetivos ao longo do tempo. O que dificulta ainda mais as ações promovidas pelo poder público quando identificada a necessidade de modificações nesses ambientes.

2.3 Mudanças no ambiente de trabalho: consequências decorrentes

Diante da frenética vida em sociedade e organização humana, às vezes o ambiente de trabalho requer mudanças nas suas formas, sejam elas física ou estrutural, bem como no modo de interação entre as pessoas. Conforme explicam Gonçalves *et. al.* (2013), seguir a velha rotina é mais fácil e confortável do que tentar inserir-se em algo novo; é mais fácil permanecer em um mesmo ambiente, realizando as mesmas tarefas do que tentar mudar para outro lugar. As pessoas que são acostumadas a uma determinada rotina de trabalho, a um local específico e a se relacionar com os mesmos indivíduos todos os dias, acabam mapeando no cérebro uma sensação de segurança, de bem-estar e ausência de perturbações, já dizia o autor.

De acordo com Franco *et. al.* (2016), as mudanças podem gerar percepções positivas no que se refere ao comportamento dos indivíduos dentro de uma organização em fase de novas alterações, todavia, podem também trazer problemas de aceitação entre os envolvidos, principalmente os veteranos, gerando sintomas grupais como negação, estresse, ceticismo, descomprometimento e até mesmo deterioração da saúde. Naturalmente, essas pessoas irão apresentar uma certa resistência às novas mudanças, tanto no ambiente físico como no ambiente funcional e organizacional. Segundo Vasconcelos (2017), são vários os fatores que causam mudanças no ambiente de trabalho, dentre os mais comuns cita a inovação tecnológica, a situação econômica da sociedade, a rotatividade de pessoal, as alterações no layout do local de trabalho e até legislação Estatal.

Independentemente da motivação, o fato é que situações de mudança em ambientes de trabalho costumam marcar os utentes do espaço laborativo. E isso ocorre porque ainda hoje, mesmo com a globalização disseminada, onde as mudanças são rápidas e constantes, o contexto que envolve a situação de mudança, de modo geral, continua sendo sinônimo de medo e resistência. Seja em espaços de trabalho públicos ou privados, formais ou informais. Pois a aversão à mudança é inerente ao ser humano, independentemente do modo e do local onde atuam (HERNANDEZ E CALDAS, 2001).

Dessa forma, levando-se em consideração o fator resistência, é necessário atentar-se para um produto decorrente desse processo: o conflito. Vale ressaltar que seu surgimento é natural e próprio dessa condição, ao observar e compreender que tais acontecimentos são sempre cíclicos: mudança - medo - resistência - conflito. Para melhor entendimento do que venha a ser o conflito, toma-se o esclarecimento de Ferreira (2000, p. 174) que o define como sendo (1) luta, combate; (2) guerra; (3) desavença, discórdia. Enquanto numa outra perspectiva, dessa vez científico-administrativa, evidencia-se que:

Várias pesquisas apresentam o conflito como o desacordo que conduz a uma luta de poder. O conflito se instala quando há divergência de ideias, quando o papel por desempenhar choca-se com os princípios de outras pessoas. É impossível eliminar os conflitos: eles fazem parte da condição humana. (GALO, 2005, p. 3).

Assim, de acordo com estas definições, entende-se os conflitos, como sendo discordâncias, impasses, confrontos interpessoais ou até mesmo entre o homem e a situação em momentos críticos de controvérsias, mas, que, pelos efeitos que podem surtir, demandam a presença de uma gestão eficaz, com a finalidade de extingui-los ou ao menos amenizá-los.

De acordo com a pesquisa de Santos (2010), mudanças de local ou de layout (disposição física de departamentos/setores ou equipamentos) também podem gerar desconforto nas pessoas, mesmo que a mudança venha com o propósito de melhorar o ambiente de trabalho ou a forma de produção. Como exposto acima, os indivíduos têm certa resistência ao novo, precisando de tempo para que voltem a se acostumar à nova rotina e ao novo ambiente de trabalho devidamente transformado. Ainda segundo o autor supracitado, até os trabalhadores se adaptarem completamente à alteração de local ou de layout, a própria prática do trabalho pode sofrer com o intervalo dessa adequação, como a diminuição na produção, aumento no tempo de realização de alguma tarefa e diminuição nas vendas. Tais problemas somente poderão ser sanados com o passar do tempo, através da readaptação. Entretanto, o tempo pode ter como aliado de resolução a comunicação eficiente sobre os benefícios que as modificações podem trazer.

Nem todos os autores partilham da mesma opinião quando o assunto é: principal razão para modificações em espaços de trabalho. Enquanto para Neto *et. al.* (2015), o gatilho predominante é a implantação de novas tecnologias, para Vasconcelos (2017), é a legislação imposta pelo Estado às organizações de trabalho, tanto no comercial formal como no comércio informal. No caso específico do comércio informal, que se utiliza do espaço público para suas atividades, as transformações costumam ser mais perceptíveis aos olhares da sociedade.

E como abordado mais acima, um dos principais problemas dessas ocupações, é que elas despertam no longo prazo sentimentos de posse nos ocupantes. E quando estes são comerciantes, a situação tende a se agravar ainda mais, uma vez que, na perspectiva comercial, o espaço apropriado por cada vendedor torna-se seu ponto, sua praça reconhecida por sua clientela. Onde se acontecer uma realocação, haverá conseqüentemente, uma perda expressiva de compradores ó isso na visão dos trabalhadores , o que ocasiona a estes a sensação de insegurança. (MENDES & CAVEDON, 2015). A maioria dos comerciantes tem o seu local de atuação como algo que lhes pertence, prendendo-se ao tempo cronológico em que estão instalados.

Em análise às ideias de Martins (2015), o Estado não vê com bons olhos a proliferação de ocupações em espaços públicos para o exercício de atividade comercial. Pois além da dificuldade ou mesmo impossibilidade de arrecadação tributária do comércio informal, a estética do espaço fica comprometida com a utilização de stands não padronizados, barracas, trailers e sombreiros, além de dificultar a circulação de pedestres e veículos (SANTOS, 2013). Então, na busca pela minimização de qualquer espécie de confronto com o comércio informal, as instituições competentes, representando o Estado, acabam por formular possíveis soluções através de projetos de desterritorialização, revitalização e realocação do espaço de trabalho dos comerciantes informais. Todavia, na grande maioria das vezes tal ação não é bem vista, tampouco bem aceita pela categoria. E assim, suas tentativas de implementação acabam por enfrentar a força da oposição pelos mais variados motivos que já foram referidos em trechos anteriores.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa teve por objetivo analisar os posicionamentos discursivos institucionais e dos comerciantes relacionados ao projeto de modificação do espaço de trabalho dos vendedores de mel, castanha, doces e outros produtos do povoado Mirolândia, bem como identificar, a partir daí, os motivos que levaram a Prefeitura de Picos a idealizar e tentar implementar tal projeto.

Para a compreensão deste objeto, o procedimento técnico utilizado para a realização da pesquisa foi o estudo de caso, de caráter qualitativo, em função de permitir um conhecimento amplo e detalhado acerca do objeto e possibilitar analisar um fenômeno em meio a seu contexto (GIL, 2010, p. 37). Com base nas considerações de Prodanov e Freitas (2013, p.60), o estudo de caso õtem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade. Quanto aos fins, a pesquisa teve caráter exploratório e descritivo, estratégia que possibilita alcançar os objetivos propostos, apresentando as características e proporcionando maior familiaridade com a temática. Os principais sujeitos abordados foram os comerciantes da região e demais atores sociais envolvidos no projeto. Tanto a seleção dos comerciantes, como a escolha dos representantes institucionais se deu mediante critérios de disponibilidade e acessibilidade.

A coleta de dados foi realizada nos meses de março e abril de 2018, onde foram efetuadas entrevistas com quinze comerciantes (aqui, as entrevistas foram interrompidas quando começaram a se tornar repetitivas, caracterizando, portanto, critério de exaustão), a representante da Prefeitura de Picos, mais precisamente da Secretária de Agricultura e Abastecimento (SAA) e o representante do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) totalizando assim dezessete pessoas pesquisadas. As entrevistas foram gravadas com auxílio de um gravador de voz e conduzidas mediante roteiros semiestruturados (ver roteiros nos apêndices A, B e C) e posteriormente foram transcritas de forma literal e analisadas pela técnica da Análise do Discurso (vertente francesa), a qual possibilita a interpretação dos sentidos verbais e não verbais produzidos nos discursos. Antes da entrevista, o pesquisador aplicou para apreciação e assinatura do entrevistado, um termo de consentimento, livre e esclarecido, que garante ao entrevistado o anonimato e a não divulgação de seus dados pessoais. A duração temporal de

cada entrevista possuiu, em média, cerca de 16 minutos de duração e a transcrição manual resultante de cada entrevista foi, em média de uma lauda e meia.

Na análise foram considerados, a partir do destaque em negrito de seleções lexicais, os seguintes elementos: explícitos, onde através dos quais a intenção argumentativa do enunciador se reflete claramente nos vocábulos que utiliza para se expressar; implícitos, ou seja, o enunciador passa ao leitor de forma sutil e interativa uma ideia que por alguma razão não foi explicitada; e silenciados, que acontecem quando o enunciador omite possíveis sentidos. Foram observados também os aspectos interdiscursivos, que são o conjunto de discursos existentes dentro de outros discursos (PERDIGÃO, CARRIERI E SARAIVA, 2014). Seguindo a perspectiva de que o discurso ultrapassa o âmbito da linguagem, portanto, sua análise deve levar em consideração os agentes ou participantes do discurso, buscando também saber *opor queô, ôcomoô e ôquandoô* o discurso foi proferido. Nesse sentido, um discurso adquire um caráter circunstancial e deve ser analisado em função de seu contexto (local ou global) (VAN DIJK, 1997a; 1997b).

Na seção de análise, ao apresentarmos os depoimentos, os comerciantes foram identificados pela letra C, sucedida pela numeração correspondente à ordem das entrevistas (C 1, C 2, etc). A Secretária Municipal e o Analista do DNIT foram mencionados pelo nome correspondente à sua função. Os depoimentos coletados foram apresentados por meio da escrita literal e os vocábulos dispostos em negrito representam as seleções lexicais como foco da análise do depoimento.

De modo complementar, durante as visitas de campo, utilizamos a técnica de observação livre, a fim de analisar a disposição física das barracas, bem como caracterizar o ambiente e sua estrutura. Para ilustração do ambiente físico, realizamos registros fotográficos (ver nos apêndices D, E e F) sobre o local, com vistas a evidenciar a estrutura de trabalho dos comerciantes.

Entre as limitações da pesquisa, destacamos: a dificuldade de acesso ao local estudado e a disponibilidade dos sujeitos da pesquisa para o agendamento das entrevistas, mais especificamente dos representantes da Prefeitura e do DNIT.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção apresentamos o contexto socioeconômico dos comerciantes, as principais características da atividade comercial predominante no povoado Mirolândia, em Picos-PI, a qual consiste na venda de mel, castanhas, doces e outros produtos; sua contribuição para a economia local; e o significado que essa atividade possui na vida de seus praticantes.

Além disso, explanamos os discursos (institucionais e dos comerciantes) acerca do projeto que prevê modificações no espaço de comercialização dos produtos.

4.1 Contexto socioeconômico dos comerciantes

O Povoado Mirolândia destaca-se por concentrar o maior aglomerado de comerciantes desses produtos artesanais na região, cerca de 125 barracas, sendo a comercialização também vivenciada nas cidades vizinhas de Dom Expedito Lopes e Santa Cruz do Piauí, em menor escala, sempre às margens da rodovia, segundo informação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Picos.

Nesta subseção apresentamos as principais características socioeconômicas dos comerciantes do povoado Mirolândia, em Picos-PI, as quais consistem em gênero, estado civil, existência de filhos, escolaridade, recebimento de benefício governamental e faixa etária dos residentes no povoado, conforme ilustrado no Quadro 1.

Quadro 1- Perfil socioeconômico dos comerciantes entrevistado

Sujeito	Idade	Gênero	Estado Civil	Escolaridade	Filhos	Benefício Governamental
C1	28	M	União Estável	Ens. Médio Completo	2	Não
C2	54	F	União Estável	Alfabetização Funcional	11	Aposentadoria
C3	57	M	Viúvo	Ens. Fund. Incompleto	3	Pensão por morte
C4	43	F	Casada	Ens. Fund. Incompleto	2	Não
C5	47	F	Solteira	Ens. Fund. Completo	Não	Não
C6	69	M	Casado	Ens. Fund. Incompleto	4	Aposentadoria
C7	35	M	Casado	Ens. Fund. Incompleto	1	Bolsa família
C8	38	M	Casado	Ens. Fund. Completo	2	Bolsa família
C9	73	F	Casada	Alfabetização Funcional	7	Aposentadoria
C10	52	F	Casada	Alfabetização Funcional	3	Auxílio-doença
C11	57	F	União Estável	Ens. Médio Completo	3	Aposentadoria
C12	35	F	Casada	Ens. Fund. Incompleto	2	Não
C13	40	F	Divorciada	Ens. Fund. Incompleto	3	Bolsa família
C14	50	F	Casada	Ens. Fund. Incompleto	3	Bolsa família
C15	54	F	Casada	Ens. Fund. Incompleto	4	Auxílio-doença

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Sobre o perfil socioeconômico dos entrevistados, os resultados indicaram que os comerciantes da região se assemelham, dentre outros aspectos, pela baixa escolaridade. Observando o Quadro 1, podemos constatar que a predominância é a de pessoas que não concluíram o ensino fundamental (8 ao todo); em segundo lugar estão os alfabetizados funcionais (3 no total), que são as pessoas que revelaram ter aprendido a escrever somente o próprio nome; na terceira posição aparecem os que terminaram o ensino fundamental (apenas 2), empatados com os que tiveram a oportunidade de ingressar no ensino médio e concluí-lo (2 também). Segundo Arbache (2003), há uma predisposição para que pessoas com baixos níveis de escolaridade assumam ocupações laborais consideradas inferiores e trabalhos informais em sociedade, com baixa remuneração, para garantir o sustento da família, e aliado a isso vem a situação da precarização do trabalho.

Quanto ao estado civil dos pesquisados, predomina a condição de casado, seguida da situação de união estável, onde cada entrevistado possui em média 3,33 filhos.

Apesar da maioria dos comerciantes (10 no total) ter admitido que recebe algum tipo de benefício concedido pelo Governo Federal, a outra parte dos mesmos revelou que sua arrecadação mensal depende totalmente da atividade para a subsistência da família.

O número de mulheres dentro da atividade informal também é um fato relevante. Ao todo, 10 entre os 15 pesquisados são mulheres, o que demonstra ser uma tendência nacional, visto que, segundo Araújo e Lombardi (2013), o público feminino ocupa a maioria dos postos de trabalho informal (cerca de 58%). Quanto à idade, predomina entre os vendedores a faixa etária entre 45 a 60 anos, público que vem aumentando cada vez mais ao longo dos anos, segundo Araújo e Lombardi (2013).

Um aspecto que emergiu no campo, durante a fase de coleta de dados, relacionado ao perfil dos sujeitos, diz respeito à quantidade de comerciantes idosos que ainda necessitam da atividade para complementar suas rendas ó esse número pode chegar a cerca de 30 comerciantes ao total, segundo informações dos entrevistados. Acrescenta-se a esta problemática, a presença de crianças ajudando no trabalho e conseqüentemente trafegando pelas barracas e pela rodovia, o que traduz-se em um perigo iminente e constante de acidentes. Na visão de Molaib (2006), a maioria dos indicativos de situações de risco envolvendo crianças e adolescentes correlaciona-se com a situação econômica precária da família o que é uma realidade no caso das famílias dos vendedores. Porém, segundo os pais, as crianças somente permanecem na barraca em casos específicos, como a necessidade do responsável de se ausentar por alguns instantes.

4.2 Histórico do comércio às margens da rodovia no povoado Mirolândia

Conforme pesquisas realizadas na localidade, a prática da comercialização às margens da rodovia da região é relativamente antiga, datada há cerca de quarenta anos, na década de 1970. A comercialização surgiu inicialmente como forma de complementar a renda das famílias que ali residiam, visto que a principal fonte de renda do povoado Mirolândia na época provinha da agricultura e da pecuária. No entanto, a remuneração que advinda dessas atividades não era suficiente para manter suas famílias, principalmente em períodos de seca.

Desse modo, frente à necessidade de complementar a renda e garantir uma melhor condição de vida para sua família, uma moradora da região decidiu erguer uma barraca nas proximidades de sua residência e vender alguns produtos que cultivava em seu ôpedaço de terraõ. Sobre este fato, relatou:

(Fragmento 1) Tenho **42 anos de barraca. A primeira barraca daqui foi a minha.** [...] eu **comecei por precisão** mesmo. Pra ganhar o pão de cada dia. [...] Eu escolhi [a profissão] porque **não tinha outro emprego.** Eu trabalhava na roça, dando diária pros outros. Aí não tava mais dando pra mim e eu resolvi montar o barraco (C 9).

(Fragmento 2) Porque eu não tive **oportunidade de estudar.** Trabalhei doze anos nas casas [de família], aí não tive como estudar (C 5).

(Fragmento 3) Falta de emprego né? **Quem não tem estudo, fica mais difícil** (C 12).

Tal discurso o de ter iniciado a atividade comercial por necessidade, em decorrência da ausência de outras oportunidades de trabalho apresentou-se repetitivo entre os entrevistados. A grande maioria fez questão de ressaltar que sua atuação no local é resultante única e exclusivamente da falta de opção, ou seja, da inexistência de um vínculo de trabalho formal. Para Cunha (2009), a informalidade é gerada devido à desorganização do Estado, em sua capacidade de fiscalizar e controlar. Para o autor, esse fator aliado às altas cargas tributárias e aos encargos trabalhistas do país dificultam consideravelmente o crescimento do setor formal da economia.

As respostas dos comerciantes C5 e C12 representam as de muitos outros, quando apontam a falta de estudos e a necessidade de trabalhar desde muito cedo como fatores determinantes para não serem capazes de atuarem no mercado de trabalho formal e, assim, encontrarem-se na situação de praticar o comércio local. Desse pensamento compartilham

Camargo e Reis (2005), ao afirmarem que a questão da falta de qualificação do trabalhador é a condição *sine qua non* do desemprego.

De acordo com os moradores da região, anos atrás os pais colocavam as crianças para trabalhar precocemente, e além disso, naquela época o povoado não possuía escolas. Então, para que a ato de estudar fosse possível, precisariam descolar-se até a cidade de Picos para o fazer. E como na época os transportes escolares não eram disponibilizados, cada família precisaria providenciar um meio de transportar os filhos até as escolas da cidade. Todavia, em decorrência das dificuldades financeiras, muitos pais acabaram desistindo dos estudos dos filhos, colocando-os para trabalhar. O que, na fase adulta, contribuiu negativamente para concorrerem às vagas formais no mercado de trabalho. Além disso, outro aspecto citado para a não-atuação em um trabalho formal é a distância do povoado para a cidade, uma vez que argumentam não compensar os custos com combustível e alimentação, já que a remuneração da maioria dos empregos da cidade é de apenas um salário mínimo. Desta maneira, muitos òoptaramö por investir nas barracas e fazer dessa atividade uma fonte de renda.

De acordo com os pesquisados, não existe nenhum tipo de fiscalização por parte do poder público municipal no que tange a esse problema e nem a nenhum outro sobre a pergunta que abordou esse assunto da fiscalização, todos os comerciantes (sem exceção), responderam que nunca aconteceu nenhum ato fiscalizatório na região. Nem mesmo o número de barracas é monitorado e/ou controlado pelas autoridades municipais.

Em conversa informal e fora do roteiro de entrevista, o Presidente da Associação de Moradores do povoado informou que atualmente, em toda a extensão da localidade, possui aproximadamente 125 barracas. E, conforme os pesquisados, regras para se montar barracas são praticamente inexistentes. A única exigência é a de que sejam armadas em frente às suas casas. Em frente à casa de outrem, só se esse, assim permitir. Em outras palavras, qualquer indivíduo, mesmo que não seja morador, pode erguer uma barraca e vender seus produtos, desde que o dono da casa na qual a barraca ficará em frente, autorize. Assim, o discurso emitido pelos comerciantes deixa implícito que as regras e exigências mínimas para a expansão do ofício, são impostas e fiscalizadas apenas pelos próprios moradores.

Durante a realização da pesquisa, tornou-se explícito que este comércio enfrenta, dentre outras coisas, adversidades inerentes à atividade e intrínsecas também ao momento de crise econômica do país. No pensamento de Michaelis (2016), o termo crise possui uma definição abrangente, podendo designar uma situação aflitiva, anormal e grave ou também uma conjuntura perigosa. Dessa maneira, a grande maioria pontuou problemas decorrentes da recessão econômica quando a pergunta se referiu às principais dificuldades enfrentadas com a atividade, como pode-se observar nos depoimentos dos comerciantes 5 e 7:

(Fragmento 4) Assim, **devido a essa crise** a gente não consegue vender muito. Todo mundo aqui sentiu na pele. Aí a gente **vende pouco agora** (C 5).

(Fragmento 5) A pior dificuldade é as **venda fraca**, o **período tá mal de venda**. As **venda caíram** muito. (...) Tão muito devagar (C 7).

O comerciante 5 declarou explicitamente na seleção lexical òdevido a essa criseö, que o período de recessão econômica no país é o principal causador do declínio expressivo das vendas, uma vez que, o trecho òa gente vende pouco agoraö deixa implícito que antes do período de crise, o volume de vendas desse comércio era bem superior ao atual. Nos demais relatos, esse problema também apareceu, mas de maneira mais implícita do que nas palavras do comerciante 5. O comerciante 7 verbalizou que òo período tá mal de vendaö; òas venda caíramö, o que caracteriza um elemento implícito subentendido que a queda nas vendas é decorrente do período de dificuldades econômicas enfrentadas pelo país, que segundo Barbosa (2017), teve origem devido a uma série de choques de oferta e demanda, na maior parte ocasionados por erros de

políticas públicas que reduziram a capacidade de crescimento da economia brasileira e geraram um custo fiscal elevado.

No entanto, apesar das barreiras existentes, boa parte dos comerciantes pesquisados demonstraram nas entrevistas que desenvolveram um apego emocional com as barracas, isto é, para eles, suas barracas não representam apenas mera fonte de renda, mas possuem também um significado afetivo em suas vidas. Existe, portanto, um sentimento envolto à atividade, à barraca. Não representam apenas uma conveniência financeira. No tópico 4.3, esse aspecto da afetividade envolto à atividade será melhor explanado.

4.3 Percepções e impactos relacionados ao exercício da atividade no povoado Mirolândia

Embora o comércio de mel, doces, castanhas e outros produtos no povoado Mirolândia apresente-se como uma atividade de subsistência, na qual o retorno financeiro não é o suficiente para assegurar aos comerciantes e seus familiares uma expressiva melhoria na qualidade de vida, o trabalho desenvolvido nas barracas consiste em um importante gerador de renda para as famílias da localidade, que, em decorrência da falta de oportunidades, veem-se na obrigação de iniciarem na atividade, por se tratar de uma opção viável que instantaneamente traz consigo um ínfimo de retorno.

Contudo, apesar desta ocupação profissional não garantir por si só a sobrevivência de seus praticantes e respectivos dependes, como constatado durante a pesquisa, a atividade teve a capacidade de desenvolver, em parte dos comerciantes, ligações de afeto ao longo de suas trajetórias. Já para outra parcela, geralmente os mais novatos, esse comércio é sinônimo apenas de necessidade financeira, de falta de opção; uma questão de sobrevivência:

(Fragmento 6) Eu não consigo me afastar daqui não. A gente até se **emociona** em falar [lágrimas] (...) Eu **gosto do meu trabalho** (C 5).

(Fragmento 7) Minha barraca me traz **alegria**, me traz **saúde**, me traz **o pão**. **Ajudou** a criar meus filhos (C 9).

(Fragmento 8) **Não tem sentimento** não. Eu boto a barraca só pra me entreter mesmo (C 6).

(Fragmento 9) A gente tem a barraca por conta de não haver outro meio. Mas **apego mesmo eu não tenho** não. É só por **necessidade** mesmo (C 8).

Por meio dos depoimentos dos comerciantes, percebemos duas perspectivas de discursos relacionadas à representatividade do comércio as margens da BR no povoado Mirolândia: uma está relacionada à afetividade e a outra à necessidade. Para os praticantes de longa data, a barraca possui um valor sentimental agregado, como nos casos dos relatos do comerciante 5, que emocionou-se durante sua resposta ao explicitar o quanto gosta do trabalho; e do comerciante 9 ó a primeira a atuar na região ó que admite que a atividade ajudou na criação de seus filhos, deixando explícitas as palavras ãalegriaõ e ãsaúdeõ como características trazidas pela sua barraca. Como defendem Felipe e Kuhnen (2012), situações como essas, de sentimentalismo, somente se tornam possíveis quando o espaço é lembrado e sentido de forma positiva e agradável pelos utentes. Do contrário, é mais fácil serem desenvolvidos sentimentos de aversão ao espaço do que de apego. Como é o caso de outra parte dos comerciantes, que apesar de não terem demonstrado aversão, apresentaram-se neutros. É a situação dos depoentes 6 e 8, que afirmaram não possuir apego à barraca, de a possuírem apenas por necessidade financeira, para contribuir com sua sobrevivência.

Contudo, mesmo com tantas adversidades, e até de forma contraditória às narrativas acima, a maioria dos pesquisados manifestou-se de forma positiva em relação à profissão,

quando perguntados se consideram-se satisfeitos com a atividade, como mostram as respostas dos comerciantes 2 e 9, respectivamente:

(Fragmento 10) Graças a Deus, me sinto **muito feliz**. Porque Deus tá me dando a saúde, a coragem e a disposição deu trabalhar. Eu gosto de trabalhar aqui.

(Fragmento 11) **Me considero**. Eu acho que se eu sair de meu barraco eu chego ao **final** [da vida]. 42 anos não é brincadeira não.

O léxico *õ*muito felizö, expressado pelo comerciante 2, denota satisfação explícita com seu trabalho, ainda mais por ter se utilizado do advérbio *õ*muitoö para exprimir a intensidade de seu sentimento. Na fala da entrevistada 9, a sensação de satisfação é ainda maior, como nota-se nos trechos *õ*me consideroö e *õ*se eu sair de meu barraco eu chego ao finalö. A palavra *õ*finalö, aqui, foi empregada no sentido de declarar que se o trabalho na barraca se encerrasse, o sentido de sua existência seria seriamente comprometido. O que fica implícito que a barraca é uma das grandes responsáveis pelo sentido que sua vida possui. Já as razões que contribuíram para a construção de laços tão sólidos ficaram silenciadas na resposta da entrevistada. Porém, subtende-se implicitamente que o principal dos fatores é o tempo de atuação e dedicação à atividade, pois declara: *õ*42 anos não é brincadeira nãoö.

Com a finalidade de traçar um paralelo entre as percepções dos comerciantes e do poder público municipal, no que tange à comercialização dos produtos no povoado, os pesquisadores decidiram ouvir a opinião da Prefeitura de Picos, representada pela então Secretária de Agricultura e Abastecimento, e do Analista de Infraestrutura de Transportes do DNIT que é também o chefe de serviços da unidade.

Sobre a óptica pela qual a SAA percebe a atividade econômica na região:

(Fragmento 12) [...] **acho** que tem **grande valor** para o desenvolvimento da cidade **né?** E sei que é também uma **forma de renda** para aqueles que moram na localidade e tiram o **sustento** com a comercialização desses produtos. [...] **Pelo que eu sei**, tem diversas famílias lá que possuem como fonte principal de renda, a venda nas barracas (Secretária de Agricultura e Abastecimento).

De acordo com o depoimento, fica explícito, por meio das sentenças *õ*forma de rendaö e *õ*sustentoö, que a representante da Prefeitura reconhece a relevância da atividade para a região, ao funcionar como geradora e incrementadora da renda dos que ali trabalham. Porém as expressões *õ*achoö e *õ*pelo que eu seiö, ao se referirem, respectivamente, ao valor que a atividade possui para o desenvolvimento econômico da cidade e às barracas como a principal fonte de renda das famílias, denota imprecisão, não demonstra segurança, sendo uma opinião fundamentada em suposições. O mesmo ocorre com a seleção lexical *õ*né?ö, cujo significado remete à dúvida, desconhecimento ou necessidade de reafirmação de suas informações sobre a região e/ou a atividade. Já o porta-voz do DNIT, revelou:

(Fragmento 13) Eu parei uma vez lá e conversei com um morador/comerciante e **ele me disse** que aquela atividade era um meio substancial de vida. Eu entendo que isso aí é **importante** para aqueles moradores, senão já teria desaparecido. **Eu sei** que tem a sua importância. A gente não ignora a importância da atividade como **fonte de renda**, como atividade econômica. Mas que **precisa ser organizado melhor** (Analista de Infraestrutura de Transportes do DNIT).

No léxico *õ*ele me disseö, o Analista do DNIT se utilizou do interdiscurso, uma vez que, se apropriou do discurso de um *õ*morador/comercianteö para representar sua fala. Nesse sentido, ele demonstra não saber ao certo a funcionalidade da atividade para os atuantes. Entretanto, adiante em seu depoimento, explicita as sentenças *õ*eu seiö e *õ*fonte de rendaö para referir-se ao seu reconhecimento e à importância da atividade para os moradores do povoado pelo fato de

constituir-se como um meio de subsistência para os mesmos. Na seleção lexical õprecisa ser organizado melhorõ, o Analista dá ênfase a parte estrutural da atividade e torna explícito que a disposição das barracas está desordenada, fazendo-se necessária a implantação de ações para melhor organizá-las.

Sobre a atual localização das barracas, detalhou:

(Fragmento 14) [...] a legislação do DNIT exige que cada rodovia tenha a chamada faixa de domínio. No caso de lá, é 35 metros do eixo até qualquer um dos lados. Essas barracas estão **dentro da faixa de domínio**⁴. Portanto elas estão de maneira **irregular**. Nós já conversamos com o nosso pessoal, os técnicos, para programarmos uma **visita ao local** e fazer a **notificação de todos eles** (Analista de Infraestrutura de Transportes do DNIT).

Em análise ao fragmento 4, através dos trechos õdentro da faixa de domínioõ e õirregularõ, o DNIT explicita que a posição das barracas está em inconformidade com as normas específicas do órgão, e por essa razão, detém da real e iminente intenção de modificá-la. Como seu representante deixou explícito ao assumir que os técnicos da instituição já foram informados a respeito da situação e que inclusive já estão programando uma õvisita ao localõ para notificar os comerciantes sobre o afastamento.

Desse modo, perante a situação de irregularidade da localização, o DNIT, em parceria com a Prefeitura de Picos, idealizaram um projeto de modificação do espaço de trabalho no local (ambos não souberam informar com exatidão quando esse projeto teve início).

A Prefeitura ficou responsável pela comunicação inicial junto aos comerciantes, a fim de informa-los sobre o provável futuro de suas barracas e também promover um trabalho de conscientização, por prever que haveria certa resistência. Pois, como exposto acima, toda mudança gera uma crise, porque implica sair da zona de conforto, para se lançar em direção ao desconhecido (SANTOS *apud* OLIVEIRA E TREVISAN, 2013). A instituição resolveu ir além da função comunicativa nesse caso, e acabou por fornecer também uma pequena mudança na estrutura de algumas barracas, onde 12 vendedores foram contemplados com a nova estrutura.

Ao DNIT compete a função de realocar as barracas, notificando seus proprietários sobre a mudança e fiscalizando o local para que a ordem seja cumprida. No tópico 4.4 detalhamos o ponto de vista, responsabilidades e competências de cada órgão perante o projeto.

4.4 Origem, caracterização e consequências do projeto de modificação do espaço de trabalho de comerciantes do povoado Mirolândia

Nesta subseção, apresentamos o projeto de modificação do espaço de trabalho de comerciantes do povoado Mirolândia, de modo a exibir os discursos institucionais ó Prefeitura e DNIT e dos comerciantes a ele relacionados.

Conforme exposto no final da subseção anterior, a essência do projeto desenvolvido através da parceria entre o DNIT e a Prefeitura da cidade consiste em modificar o local de atuação dos vendedores por meio da realocação das barracas para espaços afastados da rodovia e da implementação de novas estruturas. Baseando-se nas entrevistas, verificamos que, a princípio, o papel da Prefeitura seria apenas de intermediadora, ou seja, seria apenas de ponte para transmitir as informações passadas pelo DNIT aos comerciantes. Porém, de acordo com publicação feita no *site* oficial da Prefeitura em maio de 2017, a Prefeitura de Picos, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), decidiram promover também

⁴ Segundo o Anexo I da Lei 9503/1997 e o õGlossário de termos técnicosõ do DNIT, faixa de domínio é definida como sendo a superfície lindeira às vias rurais, delimitada por lei específica. As faixas de domínio são de extrema importância por motivo de segurança viária. Pois elas funcionam como área de segurança, possibilitando uma visão ampla da via pelo condutor na ocorrência de sinistros com perda de dirigibilidade, além de ser um espaço pensado para manobras em situação de emergência (LEAL, 2017).

melhorias à estrutura de algumas barracas, sendo doze contempladas, por meio de sorteio aleatório (PREFEITURA DE PICOS, 2017).

Ao serem perguntados sobre quando o projeto teve origem, nem o DNIT e nem a Prefeitura informaram ao certo, desta forma, seu início cronológico foi considerado elemento silenciado no discurso. Mas defenderam que sua origem se deu em virtude da localização irregular das barracas que, segundo os órgãos, é perigosa para aqueles que ali trabalham e trafegam, visto que, já ocorreram inúmeros acidentes com vítimas fatais.

Quando questionados sobre a atual localização das barracas e se concordam com o afastamento, os proprietários responderam:

(Fragmento 15) É **perigosa sim**. Mas **não concordo** com ela ficar **muito afastada** da pista. Mas um pouco mais assim pra trás eu concordo, desde que **todas fiquem na mesma linha** (C 1).

(Fragmento 16) **Perigosa é**. Eu **concordo** de afastar. Se todos concordassem comigo, eu acho que poderia ser ruim, mas **evitava** muito momento difícil pras pessoas. Porque tem havido **muito acidente**. **Muito** mesmo. Mas só dá certo se **todos** fastar (C 2).

Em conformidade com os trechos destacados logo no início dos discursos, os depoentes 1 e 2 afirmaram ser perigosa e arriscada a atual localização das barracas. Mas, mesmo com o reconhecimento do perigo, os comerciantes posicionaram-se relativamente contrários ao afastamento, caso fique alguns comerciantes sem afastar. De acordo com os relatos, fica implícito que a realocação só seria pacificamente acatada, se todos, sem exceção, afastassem de igual modo, como expressam os léxicos *õconcordo*, desde que todas fiquem na mesma linhaõ e õsó dá certo se todos fastarõ. No fragmento 16, a comerciante utiliza duplamente o quantificador *õmuitoõ* para relatar que na região tem acontecido um número expressivo de acidentes, pelo fato de as barracas estarem muito próximas da rodovia.

No que tange às motivações que levaram à elaboração desse projeto, todos os atores envolvidos emanam diferentes versões. O DNIT fundamenta-se no argumento de que as barracas estão localizadas irregularmente; a Prefeitura recuou e responsabilizou o DNIT pela iniciativa. Enquanto os trabalhadores acreditam que o principal motivo da modificação é sua segurança. Afinal, segundo os relatos dos vendedores, a comunicação feita pela Prefeitura em reunião realizada na Associação de Moradores do povoado informou-os sobre as mudanças futuras e pautou-se na explicação de que a realocação das barracas se daria em virtude dos perigos iminentes da atual localização.

Posteriormente, todos os pesquisados foram questionados sobre quais as vantagens e/ou desvantagens que essas mudanças trarão. Como respostas, obteve-se as seguintes:

(Fragmento 17) As vantagens é que **vai atender as normas do DNIT**, oferecendo uma **maior segurança** para os comerciante da região e seus **cliente**. Já as desvantagens é que devido à distância, os **comerciante acha que dificulta** as venda por conta da visibilidade dos produto pra os cliente que passam pela BR (Secretária de Agricultura e Abastecimento).

No início de sua resposta, através do trecho *õvai atender as normas do DNITõ*, a secretária explicita que o beneficiário primário será o órgão supracitado em decorrência da regularização. E posteriormente, os comerciantes e seus clientes, como expressa a seleção lexical *õoferecendo uma maior segurançaõ*. O discurso deixa explícito que o interesse crucial da mudança é o atendimento às exigências do DNIT e não o resguardo da vida dos comerciantes, contradizendo o discurso que proferiram na reunião realizada na Associação de Moradores.

(Fragmento 18) É vantajoso **tanto** para os comerciantes, **quanto** para as pessoas que trafegam naquele local, uma vez que as barracas estando afastadas da BR, a chance de ocorrer acidentes com vítimas fatais é bem menor. Agora, **não dá pra negar** que **isso vai prejudicar** um pouco as vendas deles. A gente entende que isso irá acarretar em um **declínio nas vendas**. Porém ali está desorganizado e a vida deles corre perigo. Além do mais, **é lei o afastamento** da pista. A gente **tem que fazer cumprir** (Analista de Infraestrutura de Transportes do DNIT).

Os léxicos *õtantoö* e *õquantoö* demonstram relação de igualdade no que concerne às vantagens da realocação percebidas pelos comerciantes e demais pessoas que transitam no local. Uma vez que, de acordo com as palavras do Analista, *õa chance de ocorrer acidentes com vítimas fatais é bem menorö*. Entretanto, nas sentenças *õnão dá pra negarö* e *õisso vai prejudicar [as vendas]ö*, o depoente reconhece que as vendas sofrerão um declínio, o que inevitavelmente acarretará na redução das receitas financeiras provenientes da comercialização dos produtos. Porém, apesar de admitir tal malefício, o entrevistado ressaltou novamente que *é õlei o afastamentoö* e como tal, deve ser cumprida.

Já alguns dos principais afetados com a implementação do projeto, adotam uma posição antagônica à desocupação das margens da BR, além de não enxergarem nenhum benefício. Como constata-se nos fragmentos 19 e 20:

(Fragmento 19) Eu acho que **só vai ter prejuízo**. Se afastar pra longe da pista, **os carro não vão entrar** pra comprar não (C 9).

(Fragmento 20) Aí é **só** malefício. Por que pra li [local afastado da BR] não entra ninguém pra comprar. Aí é **melhor tirar** logo. **Se** for pra afastar mesmo, **vai ficar poucos** aqui. **É certeza** (C 15).

Na seleção lexical *õsó vai ter prejuízoö*, o depoente 9 explicita que o único e exclusivo efeito trazido pela mudança de local será o prejuízo. Para este depoente nenhuma vantagem surgirá com a mudança, pelo contrário, argumenta que *õos carros não vão entrar para comprarö*, deixando assim implícito que as vendas cairão drasticamente.

Já na resposta do comerciante 15, o trecho *õmelhor tirarö* deixa implícita uma opção já em vista, caso ocorra a mudança; denota uma postura firme frente ao projeto; e deixa implícito que não compensa continuar na atividade dessa forma, porque os carros não irão sair da BR para comprar. Sendo assim mais vantajoso para eles desistirem da atividade do que disponibilizarem seu tempo e esforços só para a barraca e no final do dia o retorno financeiro não ser recompensador. Por meio das seleções lexicais *õvai ficar poucosö* e *õé certezaö*, a entrevistada explicita que a maioria dos proprietários de barracas irão desistir da atividade, caso se concretize o afastamento. Todavia, a depoente em questão mostra-se cética em relação à implementação do projeto, como demonstra o léxico *õseö*, que aqui comporta-se como sinônimo de incerteza, de possibilidade remota.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, partimos do objetivo de analisar os discursos dos atores envolvidos no projeto de modificação do espaço de trabalho dos comerciantes de doces, castanha, mel e outros produtos no povoado Mirolândia na cidade de Picos-PI. Para tanto, apresentamos: uma sucinta contextualização do perfil socioeconômico, um breve histórico sobre a atividade comercial predominante na região; as percepções relacionadas ao exercício da atividade no povoado; a origem, caracterização e consequências do projeto de modificação do espaço de trabalho dos comerciantes da Mirolândia; e os discursos relacionados ao projeto que prevê mudanças no espaço de trabalho dos comerciantes. Assim, conseguimos analisar e confrontar os discursos dos atores investigados.

Como meio de fundamentação teórica, nos utilizamos de temáticas relacionadas à territorialização do espaço público como resultado de sua apropriação, estabelecendo um paralelo com a prática laborativa informal nesse tipo de espaço; à relação do espaço de trabalho com seus atuantes; e às consequências que mudanças impostas no ambiente de trabalho podem trazer para a vida dos que ali executam suas funções laborais.

A pesquisa foi realizada através de um estudo de caso de cunho qualitativo, que apresenta características de natureza descritiva e exploratória. Para sua operacionalização utilizamos entrevistas, observação livre e registros fotográficos. Foram entrevistados um total de dezessete pessoas, sendo um representante do DNIT, um da Prefeitura Municipal e quinze comerciantes selecionados de forma aleatória e por critério de acessibilidade/disponibilidade. Os dados foram examinados por meio da Análise do Discurso, seguindo os pressupostos da vertente francesa, considerando os elementos implícitos, explícitos e silenciados e os interdiscursos.

Através da análise dos dados, constatamos que o ato de vender castanha, mel, doces e outros produtos às margens da BR da Mirolândia acontece há cerca de quarenta anos, sendo uma média de quinze anos de atuação por comerciante. Em virtude do tempo de dedicação à atividade e das histórias resultantes desse período, notamos que os comerciantes mais antigos desenvolveram laços afetivos com suas barracas e com o local ao qual estão situadas, o que torna ainda mais delicado o processo de retirada das barracas de sua atual localização. Quanto aos que trabalham na atividade há um período de tempo relativamente pequeno, identificamos que sentimentos de apego não foram desenvolvidos e a única razão para a continuidade do comércio é a necessidade financeira que a grande maioria enfrenta. No caso dos mais experientes na atividade, o fator econômico também é considerado, porém de forma secundária.

Sobre a escolha da prática comercial como profissão, identificamos que na verdade não se tratou de uma escolha, mesmo porque não tinham alternativas, mas sim de uma obrigatoriedade frente à falta de opções e às necessidades financeiras que os atuais vendedores e familiares enfrentavam na época em que iniciaram. A grande maioria alegou a falta de capacitação profissional como principal agravante para o fato de não conseguirem a inserção no mercado de trabalho formal. Apuramos que a falta de estudos de boa parte dos comerciantes se deu em função de terem sido obrigados a trabalhar desde muito cedo, somado à situação de difícil acesso geográfico às escolas na época.

Dentre as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores desse comércio, constatamos o baixo volume de vendas como a principal delas, sendo considerado pelos comerciantes como produto resultante da crise econômica instalada no país. Apesar deste e outros obstáculos, notamos que a maior parte dos comerciantes se considera satisfeita com sua profissão por reconhecer que a mesma colabora com boa parte da renda mensal obtida por eles, além de ser um trabalho que os praticantes assumem conseguir fazer seus próprios horários, afinal a barraca é de sua propriedade e encontra-se localizada em frente às suas casas.

Em relação ao projeto que prevê modificações no ambiente de trabalho dos comerciantes que atuam nas barracas do povoado, verificamos que nem a Prefeitura Municipal, nem o DNIT souberam informar o período de sua iniciação.

No tocante às percepções das duas instituições sobre o exercício da atividade comercial, tanto o DNIT, quanto a Prefeitura mostraram reconhecimento pela importância que a mesma, enquanto meio de subsistência, possui na vida de seus praticantes e dependentes. Além disso, ambas admitem que a retirada das barracas das margens da rodovia prejudicará consideravelmente o volume de vendas. Todavia, embora exista a ciência dos danos financeiros que podem ser causados, o projeto de realocação continua sendo considerado pelos órgãos como necessário. Sendo assim, pode-se dizer que o problema latente desse projeto é que sua implementação implicará diminuição do fluxo de clientes por barraca e, conseqüentemente,

a redução das vendas e das receitas, o que afetará diretamente o orçamento mensal dos vendedores.

Num primeiro momento, o representante do DNIT argumentou que o afastamento das barracas se daria em virtude da irregularidade posicional que as mesmas se encontram, estando fixadas dentro da faixa de domínio estabelecida pelo Departamento, ao que vai de encontro com a explicação dada pela Prefeitura aos comerciantes, a pedido do DNIT. Pois na reunião, o argumento utilizado para explicar a razão da mudança foi a segurança dos comerciantes e clientes que ali transitam. Mas, no decorrer da entrevista, o referido representante acabou destacando também essa motivação, visto que, na sua concepção, pela proximidade com a BR, as barracas e seus ocupantes já foram vítimas de inúmeros acidentes ao longo de todos esses anos. Com esse discurso, o afastamento torna-se justificável e de fato relevante e benéfico. Seu ponto falho, é o fato de não estar incluída uma iniciativa que procure amenizar os danos financeiros que o afastamento acarretará, como por exemplo, a criação de um espaço na região que fosse voltado para a venda dos produtos e ao mesmo tempo fosse de fácil acesso aos viajantes que por ali trafegam.

Quando a realocação for feita ó segundo o órgão regulador, ela será , prevê-se uma série de impasses entre os vendedores e o poder público municipal e até entre os próprios comerciantes. Pois além dos trabalhadores não serem a favor do afastamento, deixaram claro que só o acatarão pacificamente se todos, sem exceção, afastarem de igual modo.

Destacamos como contribuições da pesquisa, o conhecimento: da atividade comercial praticada às margens da rodovia do povoado Mirolândia; das percepções dos comerciantes, Prefeitura e DNIT acerca da atividade; do projeto de modificação do espaço de trabalho dos comerciantes; bem como o posicionamento discursivo adotado por cada um dos atores envolvidos no projeto a respeito das mudanças, considerando as vantagens e desvantagens resultantes sobre a ótica de cada um. O que possibilitou a materialização da opinião dos principais afetados com esse projeto, permitindo que os órgãos públicos revejam os limites da proposta, para desse modo, passarem a considerar também os prejuízos financeiros que a mudança pode trazer, afim de desenvolver ações voltadas para a tentativa de minimização de danos como esse. Como pesquisas posteriores sugerimos a realização de estudos mais aprofundados que explorem a temática da territorialização de espaços públicos como produto do exercício do trabalho informal; da identidade social construída a partir da ocupação desses espaços; bem como um estudo complementar a este após efetuada a realocação, no sentido de verificar as consequências reais decorrentes.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Informalidade aumenta e continua a reduzir o desemprego**. 31 out. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/17508-informalidade-aumenta-e-continua-a-reduzir-o-desemprego.html>. Acesso em 18 jun. 2018.
- ARBACHE, J. S. Informalidade, Encargos Trabalhistas e Previdência Social. **Secretaria da Previdência Social**. Brasília, mar. 2003. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/docs/pdf/volume19.pdf#page90>>. Acesso em 21 de Junho de 2018.
- BARBOSA, F. H. **A crise econômica de 2014/2017**. São Paulo, v. 31, n. 89, jan./abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100051. Acesso em 17 ago. 2018.
- BOUÇAS, L. **No olho da rua: trabalho e vida na apropriação do espaço público em Salvador/BA**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- BRASIL. **Lei n.º 9.503, de 23 de setembro 1997**: Código de Trânsito Brasileiro.
- CACCIAMALI, M. A. **A economia informal e submersa: conceitos e distribuição de renda**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- CAMARGO, J. M.; REIS, M. C.; Desemprego: o custo da desinformação. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 381-42, jul./set. 2005.
- CERQUEIRA, Y. M. S. F. **Espaço público e sociedade urbana: apropriações e significados dos espaços públicos na cidade contemporânea**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.
- COUTO, P.; MARTINS, S. F. Revitalização urbana como produto da apropriação do espaço público. In: SIMPÓSIO DE ESTUDOS URBANOS, 2. 2013, Rio Grande, **Anais...** Rio Grande: FURG, 2013.
- CUNHA, A. M. Trabalhadores de rua: tensões e resistências na luta pelo direito ao trabalho. **Revista Katál**. Florianópolis, v.12, n.1, p. 77-85 jan./jun. 2009.
- FELIPPE, M. L.; KUHLEN, A. **O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoa-ambiente: práticas de pesquisa**. Campinas, v. 29, n. 4, p. 610-611, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v29n4/v29n4a15.pdf>. Acesso em 17 ago. 2018.
- FERREIRA, A. B. H. **Mini-Aurélio**: Minidicionário da Língua Portuguesa ó Século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- FRANCO, K. S. et al. A relação entre atributos, atitudes e bem-estar na mudança organizacional. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 32, n. spe, e32ne219, 2016. Disponível

em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722016000500218&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 de Junho de 2018.

FUINI, L. L. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.8, n.1, p.225-249, jan/jun. 2014.

GALO, C. **Gestão de conflitos**. Out.2005. Disponível em: <<http://www.rh.com.br/ler.php>> Acesso em: 11 abr. 2018.

GIDDENS, A. A constituição da sociedade. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 2003.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIULIANI, M. V. Theory of attachment and place attachment. In M. Bonnes, T. Lee & M. Bonaiuto (Eds.), *Psychological theories for environmental issues*, Aldershot, p.137-170, 2003.

GIULIANI, M. V. O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente. In E. T. O. Tassara, E. P. Rabinovich & M. C. Guedes (Eds.), **Psicologia e ambiente**, São Paulo, p.89-106, 2004.

GONÇALVES, F. N. SOUZA, A. M.; SOUZA, A. P. ARAÚJO, C. R. SOUZA, E. C. OLIVEIRA, F.B. MACHADO, J. N. Gestão da mudança e sua influência no ambiente de trabalho e nas relações humanas nas organizações. **Faculdade Araguaia**. c2018. Disponível em: <<https://www.fara.edu.br/sipe/index.php/anuario/article/download/143/127>>. Acesso em 18 jun. 2018.

GREGORY, D.; JOHNSTON, R.; PRATT, G.; WATTS, M. J.; HATMORES, W. (Ed.) *The dictionary of human geography*. 5. ed. Singapore: Wiley-Blackwell, 2009.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do òfim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HERNANDEZ, J. M. C.; CALDAS, M. P. Resistência à mudança: uma revisão crítica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.41, n.2, p.31-45, abr/jun 2001.

KANNANE, R. **Comportamento humano nas organizações: o homem rumo ao século XXI**. São Paulo: Atlas, 1995.

LACOMBE, F. J. M. **Recursos Humanos: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2006.

LEAL, F. S. **Estudo sobre faixas de domínio de rodovias federais ocupadas por famílias socialmente vulneráveis**. Monografia (Especialização em operações rodoviárias), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

LEITE, R. P. **Contra-usos das cidades: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp; 2007.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4^a ed. Paris: Anthropos, 2000.

ARAUJO, Angela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 452-477, Aug. 2013. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000200005&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 10 de Julho de 2018.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1980.

MARTINS, A. Apropriação do comércio informal na calçada: um estudo em torno da rua Augusto Gianola no bairro Paulo Corrêa. **UEA**, Manaus, 17 de out. de 2017. Disponível em: <<http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/711>>. Acesso em 19 de Junho de 2018.

MENDES, L.; CAVEDON, N. R. **õTerritório como ordem e caosõ**: relações de poder entre camelôs, poder público e comerciantes. 2015. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/pdf/3372/337238452003>>. Acesso em 20 jun. 2018.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em:

<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/crise%20_936746.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MOLAIB, Maria de Fátima Nunes. Crianças e adolescentes em situação de risco e suas relações com a instituição Conselho Tutelar. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 11, n. 1015, 12 de abr. de 2006. Disponível em:

<<https://jus.com.br/artigos/8231>>. Acesso em 17 ago. 2018

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Anna Blume, 2002.

NARCISO, Carla Alexandra Filipe. Espaço público: ação política e práticas de apropriação.: Conceito e procedências. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, set. 2009.

Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812009000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 jun. 2018.

NETO, A. C. J.; TAKENAKA, E. M. M.; LEPRE, T.R. F.; OLIVEIRA, V. M. G. **Mudança organizacional e o sistema de informação das empresas**. 2015. Disponível em:

<http://www.admpg.com.br/2015/down.php?id=1536&q=1>. Acesso em 18 jun. 2018.

OLIVEIRA, J. P. **Uma etnologia dos õíndios misturadosõ**? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, v. 4, n.1, p. 47-77, 1998.

PERDIGÃO, D. A.; CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S. Das ruas para os shoppings populares: o empreendedorismo informal no discurso dos camelôs e da prefeitura de belo horizonte. **Perspectivas Contemporâneas**, Campo Mourão, PR, v. 9, n. 1, p. 43-58, jan./jun., 2014.

PINTO, M. R.; CUNHA, J. L. DA. Das Ruas ao Shopping: o crescimento do Comércio Informal nas ruas de Santa Maria ó RS. **Em tempo de histórias**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/emtempo/article/view/11937>>. Acesso em 18 jun. 2018.

PREFEITURA DE PICOS. **Comerciantes de castanhas e mel da Mirolândia receberão novas barracas da Prefeitura de Picos**. 03 de maio de 2017. Disponível em: <<http://www.picos.pi.gov.br/secretarias/agricultura/comerciantes-de-castanhas-e-mel-damirolandia-receberao-novas-barracas-da-prefeitura-de-picos/>>. Acesso em 11 ago 2017.

PRODANOV, C.; FREITAS, E. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2. ed. 2013.

QUEIROZ, A. F. Informalidade e territórios de trabalho em salvador: uma breve análise da ocupação de espaços públicos de excessivo controle e concorrência por vendedores ambulantes. **Revista Agenda Social**. V.8, n.2, 2014.

SANTOS, C. N. F.; VOGEL, A. **Quando a rua vira casa**. 3. ed. São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS, L. R. O. O ambiente de trabalho e o comportamento humano. **Administradores.com**. Salvador, 26 de mar. de 2010. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/o-ambiente-de-trabalho-e-o-comportamento-humano/43568/>>. Acesso em 04 de agosto de 2018.

SANTOS, T. M. C. **Análise da reação dos colaboradores ao processo de mudança organizacional - lean thinking**: um estudo de caso na empresa Beta. 2013. Disponível em: http://www.fpl.edu.br/2018/media/pdfs/mestrado/dissertacoes_2010/dissertacao_teresa_monica_costa_santos_2010.pdf. Acesso em 20 de Junho de 2018.

TANSCHHEIT, P. Espaços públicos: a transformação urbana com a participação da sociedade. **ArchDaily Brasil**. 10 jul 2017. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/875364/espacos-publicos-a-transformacao-urbana-com-a-participacao-da-populacao>>. Acesso em 19 de abril de 2018.

TOKMAN, V. E., SOUZA, P. R. El sector informal urbano en America Latina. *Revista Internacional del Trabajo*, v. 94, n. 3, 1976.

VAN DIJK, T. A. The study of discourse. In: VAN DIJK, T. A. **Discourse as structure and process**. v. 1. London: Sage, 1997a.

VAN DIJK, T. A. Discourse as interaction in society. In: VAN DIJK, T. A. **Discourse as social interaction**. v. 2. London: Sage, 1997b.

VANNUCHI, L. Ocupar os espaços públicos: dialogar a convivência. **ObservaSP**. São Paulo, 22 de mar. de 2017. Disponível em: <<https://observasp.wordpress.com/2017/03/22/ocupar-os-espacos-publicos-dialogar-a-convivencia/>>. Acesso em 02 de abril de 2018.

VASCONCELOS, I. F. F. G. DE. Estratégia, mudança organizacional e resiliência organizacional. **Repositório FGV de Periódicos e Revistas**. Rio de Janeiro, set. 2017. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/issue/view/3926>>. Acesso em 18 de Junho de 2018.

APÊNDICE A - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO - REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO (SAA)

Dados socioeconômicos:

- Nome:
- Naturalidade (Se não é natural de Picos, é de qual cidade?):
- Cargo que desempenha:
- Atribuições do cargo:
- Tempo de ocupação no cargo:

Sobre o envolvimento da gestão pública municipal:

- Qual a sua percepção acerca da comercialização de mel, doces, castanhas e outros produtos no Povoado Mirolândia?
- Na sua concepção, qual a importância dessa atividade para a região?
- A Prefeitura de Picos fornece algum incentivo/apoio para a atividade?
- Existem projetos ou ações por parte da gestão pública municipal voltados para o desenvolvimento da atividade local? (Se sim, quais?)
- Quanto ao projeto que prevê modificações na localização e na estrutura das barracas, quando teve início? Por que? Qual a abrangência e seus critérios?
- Quais as mudanças que as barracas dos comerciantes sofrerão? Quais os motivos?
- Como será a nova estrutura das barracas?
- Está sendo/será cobrada alguma taxa pela nova estrutura?
- As mesmas serão afastadas da BR? Porque? Para onde?
- Quais as vantagens dessas mudanças? E as desvantagens?
- Já houve alguma reunião ou outro tipo de diálogo com os comerciantes a respeito dessas mudanças?
- Como eles reagiram a essas informações?

APÊNDICE B - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO - OS COMERCIANTES

Dados socioeconômicos:

- Nome:
- Idade:
- Sexo:
- Escolaridade:
- Naturalidade (Se não é natural de Picos, é de qual cidade? Por quê se mudou e quando?):
- Estado Civil (se casado/união estável, ele ou ela trabalha? Em que?):
- Possui filhos (caso possua, quantos? Trabalham e/ou estudam?):

Sobre a atividade dos comerciantes:

- Como você começou a trabalhar como comerciante no povoado?
- Por que você escolheu essa profissão? Trabalha em outra atividade? (ou o cônjuge). É uma atividade formal (carteira assinada)? Recebe algum benefício do governo? Qual?
- Há outros membros da sua família que trabalham na atividade?
- Você se considera satisfeito com sua profissão? Por que?
- O que essa atividade representa na sua vida e na vida de seus familiares? (Que sentimentos ela desperta?)
- Quais as principais dificuldades que você enfrenta com essa atividade?
- Existem regras para se montar uma barraca aqui e vender os produtos? (Se sim, quais?)
- Existe algum tipo de fiscalização da Prefeitura no local?
- A Prefeitura de Picos fornece algum incentivo/apoio para você e os outros comerciantes?
- Você tem conhecimento sobre o projeto da Prefeitura, que em parceria com o DNIT, pretende melhorar a estrutura das barracas e afastá-las da BR?
- Você considera perigosa a atual localização das barracas? Concorda com a realocação? Por que?
- O que você pensa sobre esse projeto?
- Existiu algum tipo de comunicação por parte da Prefeitura ou do DNIT com os comerciantes para informar sobre a mudança física nas barracas e sua localização?
- Você sabe os motivos de tais mudanças?
- Para você, quais os benefícios/malefícios que essas mudanças trarão para os comerciantes?

**APÊNDICE C - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO - REPRESENTANTE DO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
(DNIT)**

Dados socioeconômicos:

- Nome:
- Naturalidade (Se não é natural de Picos, é de qual cidade?):
- Cargo que desempenha:
- Atribuições do cargo:
- Tempo de ocupação no cargo:

Sobre o envolvimento do DNIT:

- Qual a sua percepção sobre a comercialização de mel, doces, castanhas e outros produtos no Povoado Mirolândia?
- O sr(a) considera essa atividade importante para a região? Por quê?
- No que se refere a atual localização das barracas, as mesmas estão situadas de acordo com as exigências do DNIT?
- Existem fiscalizações voltadas para a atual localização das barracas na região? (se sim, com que frequência?)
- Quanto ao projeto que prevê modificações na localização das barracas, quando teve início? Por que? Qual a abrangência e seus critérios?
- Quais as mudanças que as barracas dos comerciantes sofrerão? Quais os motivos?
- As mesmas serão afastadas da BR? Porque? Para onde?
- Quais as vantagens dessa mudança? E as desvantagens?
- Já houve alguma reunião ou outro tipo de diálogo com os comerciantes a respeito dessas mudanças?
- Como eles reagiram a essas informações?

FOTOGRAFIAS

FIGURA 1 - ESTRUTURA DAS BARRACAS



Fonte: Os autores (2018).

FIGURA 2 6 ORGANIZAÇÃO NOS PRODUTOS NAS BARRACAS



Fonte: Os autores (2018).

FIGURA 3 6 ATUAL LOCALIZAÇÃO DAS BARRACAS



Fonte: Os autores (2018).



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
() Monografia
(X) Artigo

Eu, Anderson Henrique Miranda da Silva,
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
Territórios de Trabalho no Povoado Miralândia, em Picos-PI:
uma análise discursiva.
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 02 de janeiro de 2019.

Anderson Henrique Miranda da Silva
Assinatura

Deborah Maria Jeal Gonçalves
Assinatura